

ANDRÉ SANTA CRUZ

MANUAL DE
DIREITO
EMPRESARIAL

VOLUME ÚNICO

14^a
edição

revista
atualizada
ampliada

2024



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Equipe JusPodivm

Capa: Ana Caquetti

C957m Cruz, André Santa
Manual de Direito Empresarial - Volume Único / André Santa Cruz – 14.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
1248 p.
(Coleção Manuais – Volume Único)

ISBN: 978-85-442-4882-9

1. Direito Empresarial. 2. Direito de propriedade. 3. Títulos de crédito. 4. Microempresas. 5. Comércio eletrônico. I. Cruz, André Santa. II. Título.

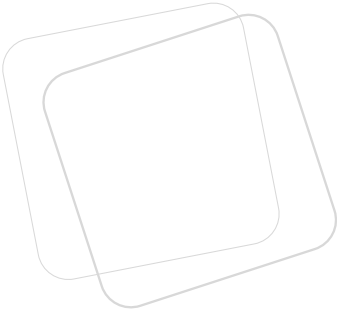
CDD342.2

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

1. DIREITO EMPRESARIAL: NOMENCLATURA, CONCEITO, ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, AUTONOMIA E FONTES	43
1. A nomenclatura: por que direito empresarial?	44
2. Conceito de direito empresarial.....	45
3. Origem do direito empresarial	46
3.1. O direito estatutário e a jurisdição consular.....	49
3.2. A formação de um regime jurídico comercial.....	54
4. A evolução histórica do direito empresarial.....	57
4.1. Da definição do regime jurídico dos atos de comércio.....	58
4.2. Definição e descrição dos atos de comércio e sua justificação histórica.	59
4.3. Os atos de comércio na legislação pátria	63
4.4. A doutrina brasileira e a questão dos atos de comércio.....	65
4.5. A teoria da empresa e o novo paradigma do direito empresarial.....	66
4.6. Surgimento da teoria da empresa e seus contornos	67
4.7. A teoria da empresa no Brasil antes do Código Civil de 2002: legislação e doutrina	68
4.8. A teoria da empresa no Brasil após o Código Civil de 2002: legislação e doutrina	71
5. Autonomia do direito empresarial.....	72
5.1. Características do direito empresarial.....	75
5.2. Institutos jurídicos típicos do direito empresarial.....	76
5.3. Princípios do direito empresarial	76
5.3.1. Livre-iniciativa.....	76

5.3.1.1.	Livre-iniciativa e regulamentação de profissões.....	78
5.3.1.1.1.	Uma visão liberal sobre o tema	81
5.3.1.2.	Livre-iniciativa e burocracia.....	84
5.3.2.	Função social da empresa.....	86
5.3.3.	Livre concorrência.....	88
5.3.3.1.	O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	88
5.3.4.	Tratamento favorecido das ME e EPP	91
5.3.5.	Princípio da preservação da empresa.....	93
5.3.6.	Outros princípios do direito empresarial.....	93
5.3.7.	A Lei da Liberdade Econômica e seus princípios.....	94
6.	Fontes do direito empresarial.....	94
2.	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	99
1.	Introdução.....	99
2.	O conceito de empresário.....	100
2.1.	Empresário individual x sociedade empresária.....	104
2.1.1.	A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)	106
2.2.	Agentes econômicos excluídos do conceito de empresário.....	106
2.2.1.	Profissionais intelectuais	107
2.2.2.	As sociedades simples (sociedades uniprofissionais)	110
2.2.2.1.	As sociedades de advogados.....	111
2.2.3.	O exercente de atividade econômica rural.....	113
2.2.4.	Sociedades cooperativas.....	116
3.	Empresário individual.....	117
3.1.	Impedimentos legais.....	118
3.2.	Incapacidade.....	120
3.2.1.	Hipóteses excepcionais de exercício individual de empresa por incapaz	120
3.2.2.	Sócio incapaz.....	124
3.3.	Empresário individual casado.....	124

4.	Registro empresarial.....	125
4.1.	A Lei de Registro Público de empresas mercantis (Lei 8.934/1994)	127
4.2.	Os atos de registro.....	131
4.3.	A estrutura organizacional das Juntas Comerciais	133
4.4.	O processo decisório nas Juntas Comerciais	134
4.4.1.	Recursos cabíveis	138
4.5.	A publicidade dos atos de registro.....	138
4.5.1.	Publicação de atos de registro pelas partes	139
5.	Escrituração do empresário.....	140
5.1.	A situação especial dos microempresários e empresários de pequeno porte.....	142
5.2.	O sigilo empresarial	143
5.3.	A eficácia probatória dos livros empresariais	145
6.	Nome empresarial.....	146
6.1.	Espécies de nome empresarial.....	149
6.2.	O nome empresarial das sociedades.....	151
6.3.	Princípios que norteiam a formação do nome empresarial.....	152
6.4.	Alguns entendimentos relevantes do DREI acerca da proteção ao nome empresarial	155
6.5.	A proteção ao nome empresarial na jurisprudência do STJ	156
6.6.	Mudanças nas regras do nome empresarial provocadas pela Lei 14.195/2021	159
7.	Estabelecimento empresarial.....	159
7.1.	Natureza jurídica do estabelecimento empresarial	163
7.2.	O contrato de <i>trespasse</i>	164
7.3.	A sucessão empresarial	165
7.4.	A cláusula de não concorrência	168
7.4.1.	A cláusula de não concorrência na jurisprudência do CADE.....	171
7.5.	A avaliação (<i>valuation</i>) do estabelecimento empresarial e a <i>due diligence</i>	175
7.6.	Outras normas acerca do estabelecimento empresarial previstas no Código Civil.....	175

7.7. Proteção ao ponto de negócio (locação empresarial)	177
7.7.1. Shopping center.....	183
7.7.1.1. A problemática sobre as cláusulas de raio nos contratos de shopping center.....	184
7.8. Aviamento e clientela	186
7.9. Penhora de estabelecimento empresarial.....	187
8. Auxiliares e colaboradores do empresário	188
8.1. Regras gerais sobre os prepostos do empresário.....	189
8.2. O contabilista	190
8.3. O gerente	190
3. DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	193
1. Introdução	193
2. O gênero “propriedade intelectual” e suas espécies	194
3. Histórico do direito de propriedade industrial.....	195
3.1. Convenção da União de Paris (CUP).....	197
3.2. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual	197
3.3. Propriedade intelectual na pauta do GATT	198
3.4. Unilateralismo: Especial 301	198
3.5. O Acordo TRIPS.....	200
3.6. Os acordos TRIPS- <i>plus</i>	201
3.7. Os princípios da CUP na LPI	202
3.7.1. Prioridade unionista.....	202
3.7.2. Prioridade interna	203
4. O tratamento constitucional da matéria no Brasil	204
5. Propriedade industrial ou monopólio industrial?.....	205
5.1. A defesa utilitarista dos monopólios intelectuais e suas falhas	218
6. Os direitos de “propriedade industrial” protegidos pela LPI.....	230
7. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	231
8. Das patentes de invenção e de modelo de utilidade	233

8.1. Conceito de invenção e de modelo de utilidade	233
8.2. Requisitos de patenteabilidade	235
8.2.1. Novidade	235
8.2.1.1. Estado da técnica	236
8.2.1.2. Período de graça	237
8.2.2. Atividade inventiva.....	239
8.2.3. Aplicação industrial.....	240
8.2.4. Licitude do objeto da patente	241
8.2.4.1. Patentes de produtos e processos farmacêuticos.....	242
8.2.4.2. Patentes de segundo uso médico	242
8.2.4.3. Patentes de biotecnologia.....	246
8.2.4.4. Patentes x Cultivares.....	249
8.3. Procedimento do pedido de patente.....	251
8.3.1. Legitimidade do autor do pedido de patente	251
8.3.1.1. Colidência entre inventos	252
8.3.2. O invento realizado por funcionários do empresário.....	253
8.3.3. Análise dos requisitos de patenteabilidade.....	255
8.3.4. Concessão da patente.....	260
8.3.5. Vigência da patente.....	261
8.3.6. Proteção conferida pela patente	262
8.3.7. Nulidade da patente.....	264
8.3.7.1. Processo administrativo de nulidade.....	265
8.3.7.2. Ação judicial de nulidade	265
8.3.8. Cessão da patente	266
8.3.9. Licenciamento da patente	266
8.3.9.1. Licença voluntária	267
8.3.9.2. Licença compulsória	268
8.3.10. Patente de interesse da defesa nacional	272
8.3.11. Retribuição anual	272

8.3.12. Extinção da patente.....	273
8.4. Certificado de adição de invenção.....	274
8.5. Patentes <i>pipeline</i>	274
8.6. Patentes <i>mailbox</i>	277
9. Desenho industrial.....	279
9.1. Conceito de desenho industrial.....	279
9.1.1. Requisitos de registrabilidade do desenho industrial.....	280
9.2. Procedimento de registro do desenho industrial.....	281
9.2.1. Legitimidade do autor do pedido de registro de desenho industrial.....	281
9.2.2. Análise dos requisitos de registrabilidade.....	282
9.2.3. Concessão do registro de desenho industrial.....	282
9.2.4. Prazo de vigência do registro de desenho industrial.....	283
9.2.5. Proteção conferida pelo registro de desenho industrial.....	283
9.2.6. Nulidade do registro de desenho industrial.....	284
9.2.6.1. Processo administrativo de nulidade e ação judicial de nulidade.....	284
9.2.7. Retribuição quinquenal.....	285
9.2.8. Extinção do registro de desenho industrial.....	285
10. Marca.....	286
10.1. Sinais ou expressões não registráveis como marca.....	288
10.1.1. Expressões comuns ou genéricas.....	289
10.1.2. Cores e suas denominações.....	295
10.1.3. Marca <i>versus</i> nome empresarial.....	297
10.1.4. Marca <i>versus</i> nome de domínio.....	299
10.1.5. Reprodução, ainda que em parte, de marca alheia.....	301
10.1.6. Imitação ideológica de marca alheia.....	302
10.1.7. Símbolos oficiais.....	303
10.1.8. A questão do uso de expressões registradas como marca nos chamados <i>links</i> patrocinados.....	306
10.2. Espécies de marca.....	309

1.1. Pluralidade de sócios	352
1.2. <i> Holding</i>	353
1.3. Sociedade de Propósito Específico (SPE)	353
2. Sociedades simples × sociedades empresárias	354
3. Tipos de sociedade	356
3.1. Sociedades dependentes de autorização	357
3.2. Sociedade nacional	358
3.3. Sociedade estrangeira	358
3.4. Sociedade entre cônjuges	359
3.5. Sociedade rural	362
4. Aquisição de personalidade jurídica pelas sociedades	363
5. Classificação das sociedades empresárias	363
5.1. Sociedades limitadas “de capital” e sociedades anônimas “de pessoas” ...	365
6. Sociedades não personificadas	366
6.1. Sociedade em comum	367
6.1.1. Prova da existência da sociedade em comum	370
6.1.2. Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum	370
6.2. Sociedade em conta de participação	373
7. Sociedades personificadas	378
7.1. Sociedade simples pura (“simples simples”)	379
7.1.1. Contrato social	380
7.1.1.1. Necessidade de contrato escrito	381
7.1.1.2. Instrumento particular ou público	382
7.1.1.3. Qualificação dos sócios e da sociedade	382
7.1.1.4. Capital social	383
7.1.1.5. Capital social x patrimônio	383
7.1.1.6. Subscrição e integralização das quotas	384
7.1.1.7. Administração da sociedade	385
7.1.1.8. Distribuição dos resultados	390

7.1.1.9.	Responsabilidade dos sócios.....	391
7.1.1.10.	Alteração do contrato social.....	392
7.1.2.	Direitos e deveres dos sócios	393
7.1.3.	Deliberações sociais	394
7.2.	Sociedade limitada.....	395
7.2.1.	Legislação aplicável.....	396
7.2.1.1.	A correta interpretação do art. 1.053 do Código Civil...	398
7.2.2.	Contrato social	401
7.2.2.1.	Necessidade de contrato escrito	402
7.2.2.2.	Instrumento particular ou público.....	403
7.2.2.3.	Qualificação dos sócios e da sociedade	403
7.2.2.4.	Capital social	404
7.2.2.5.	Subscrição e integralização das quotas.....	406
7.2.2.5.1.	Quotas preferenciais.....	409
7.2.2.5.2.	Aquisição de quotas pela própria sociedade	411
7.2.2.6.	Administração da sociedade	412
7.2.2.6.1.	Responsabilidade dos administradores.....	415
7.2.2.7.	Distribuição dos resultados.....	419
7.2.2.8.	Responsabilidade dos sócios.....	420
7.2.2.9.	Alteração do contrato social.....	421
7.2.3.	Deliberações sociais	422
7.2.3.1.	Participação e votação a distância.....	429
7.2.4.	Natureza personalista ou capitalista da sociedade limitada	430
7.2.5.	Conselho fiscal	432
7.2.6.	Exclusão extrajudicial de sócio minoritário por justa causa.....	433
7.3.	Sociedade anônima	437
7.3.1.	Histórico.....	437
7.3.2.	Legislação aplicável.....	439
7.3.3.	Governança Corporativa (<i>corporate governance</i>)	439

7.3.3.1.	Sistemas de governança corporativa.....	442
7.3.3.2.	Governança corporativa nas empresas estatais	442
7.3.4.	Características principais.....	443
7.3.4.1.	Natureza capitalista da S/A.....	443
7.3.4.2.	Essência empresarial da S/A.....	444
7.3.4.3.	Identificação exclusiva por denominação.....	445
7.3.4.4.	Responsabilidade limitada dos acionistas	445
7.3.5.	Classificação das sociedades anônimas.....	446
7.3.6.	Mercado de capitais.....	446
7.3.6.1.	A Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	447
7.3.6.2.	Bolsa de Valores.....	449
7.3.6.3.	Mercado de Balcão.....	450
7.3.6.4.	Mercado de capitais primário e secundário	451
7.3.7.	Constituição da sociedade anônima.....	452
7.3.7.1.	Requisitos preliminares.....	452
7.3.7.1.1.	Constituição por subscrição pública	453
7.3.7.1.2.	Constituição por subscrição particular.....	457
7.3.7.1.3.	Algumas regras gerais acerca do procedimento de subscrição das ações	457
7.3.7.2.	Formalidades complementares	458
7.3.8.	O capital social.....	460
7.3.8.1.	A obrigação de integralizar (realizar) o capital social....	463
7.3.8.1.1.	O acionista remisso.....	464
7.3.8.1.2.	Aumento e redução do capital social.....	465
7.3.9.	Ações.....	467
7.3.9.1.	Classificação das ações	468
7.3.9.1.1.	Quanto aos direitos e obrigações	468
7.3.9.1.2.	<i>Golden share</i>	470
7.3.9.1.3.	Quanto à forma de transferência.....	471
7.3.9.2.	Classes de ações	472

7.3.9.3.	Valor da ação	473
7.3.9.3.1.	Valor nominal	473
7.3.9.3.2.	Valor patrimonial	474
7.3.9.3.3.	Valor de negociação.....	475
7.3.9.3.4.	Valor econômico	476
7.3.9.3.5.	Preço de emissão.....	477
7.3.9.4.	Direitos e obrigações conferidos pelas ações.....	478
7.3.9.4.1.	Direitos essenciais dos acionistas	478
7.3.9.4.2.	Direito de participação nos lucros	479
7.3.9.4.3.	Direito de participação no acervo da companhia.....	479
7.3.9.4.4.	Direito de fiscalização.....	480
7.3.9.4.5.	Direito de preferência.....	481
7.3.9.4.6.	Direito de retirada (direito de recesso)	481
7.3.9.4.7.	Direito de voto	484
7.3.9.4.8.	Acionista controlador.....	491
7.3.9.4.9.	Acordo de acionistas.....	498
7.3.10.	Valores mobiliários	500
7.3.10.1.	Debêntures.....	501
7.3.10.1.1.	Emissão de debêntures	502
7.3.10.1.2.	Espécies de debêntures	503
7.3.10.2.	Partes beneficiárias.....	503
7.3.10.3.	Bônus de subscrição	504
7.3.11.	Órgãos societários	505
7.3.11.1.	Assembleia geral	507
7.3.11.2.	Convocação da assembleia geral	509
7.3.11.2.1.	Convocação epistolar.....	511
7.3.11.2.2.	Local de realização do conclave	512
7.3.11.2.3.	Quóruns de instalação e deliberação	512
7.3.11.2.4.	Formalidades	515

7.3.11.2.5. Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária	516
7.3.11.2.6. Assembleia Geral Virtual (<i>digital</i>)	518
7.3.11.3. Os órgãos de administração da companhia.....	519
7.3.11.3.1. O Conselho de Administração	520
7.3.11.3.2. Voto múltiplo	521
7.3.11.3.3. Eleição em separado	523
7.3.11.3.4. Competência do conselho de administração	524
7.3.11.3.5. A diretoria.....	525
7.3.11.3.6. Normas comuns aos conselheiros e diretores.....	526
7.3.11.4. Conselho fiscal.....	544
7.3.12. Livros sociais e demonstrações contábeis.....	549
7.3.13. Lucros e dividendos.....	550
7.4. Sociedade em nome coletivo.....	558
7.5. Sociedade em comandita simples.....	559
7.6. Sociedade em comandita por ações.....	561
7.7. Sociedade cooperativa	563
7.7.1. A problemática sobre a cláusula de unimilitância nos estatutos das cooperativas.....	564
7.8. A antiga sociedade de capital e indústria.....	565
8. Operações societárias	566
8.1. Transformação.....	567
8.1.1. Transformação de sociedade cooperativa.....	568
8.1.2. Conversão de associação civil em sociedade empresária	569
8.2. Incorporação.....	569
8.3. Fusão.....	571
8.4. Cisão.....	572
8.4.1. Protocolo e justificação.....	572
8.4.2. Direitos dos debenturistas	573
8.4.3. Direitos dos credores.....	574

8.5. A atuação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).....	575
8.6. Outras operações entre sociedades.....	578
8.6.1. Coligação de sociedades.....	578
8.6.2. Grupos societários.....	580
8.6.3. Consórcios.....	581
8.6.4. Sociedade subsidiária integral.....	581
8.6.5. <i>Joint venture</i>	582
8.6.6. Fundos de <i>private equity</i> e <i>venture capital</i>	582
9. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.....	583
9.1. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades contratuais.....	584
9.1.1. Dissolução parcial das sociedades contratuais.....	587
9.1.1.1. Penhora de quota por dívida particular de sócio.....	588
9.1.1.1.1. A penhora de quotas no novo CPC.....	590
9.1.1.2. Morte de sócio.....	591
9.1.1.3. Exercício do direito de retirada.....	592
9.1.1.4. Direito de retirada na sociedade limitada.....	593
9.1.1.5. Exclusão de sócio.....	596
9.1.1.6. Efeitos da dissolução parcial.....	597
9.2. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades por ações.....	601
9.2.1. Dissolução parcial das sociedades por ações.....	605
9.3. O procedimento de dissolução parcial previsto no novo CPC.....	609
10. Arbitragem nos conflitos societários.....	611
10.1. A cláusula compromissória nos estatutos das sociedades anônimas.....	611
10.1.1. Arbitragem e empresas públicas: o caso Petrobras.....	613
10.2. A cláusula compromissória nos contratos sociais de sociedades limitadas.....	614
10.3. A Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM).....	614
11. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	615
11.1. As bases históricas da teoria da desconsideração.....	616
11.2. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil.....	617

11.2.1. Teoria da desconsideração e imputação direta de responsabilidade: crítica ao art. 28, <i>caput</i> , do CDC.....	620
11.2.2. Teoria da desconsideração e mero prejuízo do credor: crítica ao art. 28, § 5.º, do CDC.....	622
11.2.3. Teoria da desconsideração e abuso de personalidade jurídica: elogio ao art. 50 do Código Civil	623
11.2.3.1. A caracterização do abuso da personalidade jurídica	625
11.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade	626
11.4. A desconsideração inversa.....	629
11.5. Aspectos processuais da aplicação da teoria da desconsideração (de acordo com o Novo CPC).....	631
11.5.1. Condenação em honorários?	633
11.5.2. Desconsideração da personalidade jurídica e fraude à execução	633
11.6. Necessidade de demonstração da insolvência da pessoa jurídica.....	634
11.7. Teoria maior × teoria menor.....	635
11.8. Dissolução irregular de empresa.....	639
11.9. Prazo para requerimento da desconsideração da personalidade jurídica	640
11.10. Subcapitalização.....	641
11.11. Desconsideração da personalidade jurídica de fundos de investimento.	642
5. TÍTULOS DE CRÉDITO	645
1. Introdução	646
2. Origem e desenvolvimento dos títulos de crédito	647
3. Histórico da legislação cambiária.....	648
3.1. O Código Civil de 2002 e os títulos de crédito	650
4. Conceito, características e princípios dos títulos de crédito.....	652
4.1. Características.....	653
4.2. Princípio da cartularidade.....	655
4.3. Princípio da literalidade	656
4.3.1. Literalidade indireta	657
4.4. Princípio da autonomia.....	657

4.4.1. A abstração dos títulos de crédito e a inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé	659
5. Classificação dos títulos de crédito	661
5.1. Quanto à forma de transferência ou circulação	661
5.2. Quanto ao modelo.....	662
5.3. Quanto à estrutura.....	662
5.4. Quanto às hipóteses de emissão.....	663
5.5. Quanto à prestação constante do título.....	663
5.6. Quanto à tipicidade.....	664
6. A obrigação cambial.....	665
7. Atos cambiários.....	667
7.1. Endosso.....	667
7.1.1. Efeitos do endosso.....	668
7.1.2. Formalidades do endosso	668
7.1.3. Endosso em branco e endosso em preto	669
7.1.4. O endosso em branco e as leis do Plano Collor	670
7.1.5. Endosso impróprio.....	671
7.1.6. Endosso póstumo ou tardio.....	673
7.1.7. Endosso x cessão civil de crédito	673
7.2. Aval.....	675
7.2.1. Formalidades do aval	675
7.2.2. Aval em branco x aval em preto.....	676
7.2.3. Avais simultâneos e avais sucessivos	677
7.2.4. Aval x fiança.....	677
7.2.5. Necessidade de outorga conjugal em aval prestado por pessoa casada.....	681
7.2.6. Aval parcial	683
7.2.7. Aval posterior ao vencimento	684
7.2.8. Prescrição de título de crédito avalizado.....	684
7.3. Protesto.....	685

7.3.1.	Características do protesto	686
7.3.2.	Espécies de protesto	686
7.3.3.	Formalidades do protesto	686
7.3.4.	Efeitos do protesto.....	687
7.3.5.	(Im)prescindibilidade do protesto.....	689
7.3.6.	Sustação e cancelamento de protesto.....	689
7.3.7.	Protesto indevido e responsabilidade do endossatário	690
7.3.8.	Prazo para realização do protesto	690
7.4.	Solidariedade cambial.....	692
8.	Títulos de crédito em espécie.....	694
8.1.	Letra de câmbio	694
8.1.1.	Saque e estrutura da letra	694
8.1.2.	Requisitos essenciais da letra de câmbio	695
8.1.3.	Requisitos não essenciais	697
8.1.4.	Letra em branco ou incompleta.....	697
8.1.5.	Aceite da letra	698
8.1.6.	Vencimento da letra	701
8.1.7.	Pagamento da letra.....	703
8.2.	Nota promissória.....	704
8.2.1.	Saque e estrutura da nota promissória.....	704
8.2.2.	Requisitos essenciais.....	705
8.2.3.	Requisitos não essenciais	705
8.2.4.	Regime jurídico.....	706
8.2.5.	Nota promissória vinculada a contrato	707
	8.2.5.1. A cláusula-mandato (Súmula 60 do STJ).....	710
8.3.	Cheque.....	711
8.3.1.	Legislação aplicável.....	712
8.3.2.	Requisitos essenciais.....	712
8.3.3.	Requisitos não essenciais	713

8.3.4.	Algumas características importantes do cheque	715
8.3.5.	Cheque “pré-datado” (ou “pós-datado”)	718
8.3.6.	Modalidades de cheque.....	721
8.3.7.	Sustação do cheque	722
8.3.8.	Prazo de apresentação	723
8.3.9.	Prescrição do cheque	724
8.3.9.1.	A cobrança de cheque prescrito	726
8.4.	Duplicata	729
8.4.1.	Causalidade da duplicata	729
8.4.2.	Características essenciais	733
8.4.3.	Sistemática de emissão, aceite e cobrança da duplicata.....	737
8.4.4.	Duplicata escritural.....	742
9.	Algumas regras do Código Civil sobre títulos de crédito.....	745
9.1.	Autonomia e omissão de requisito legal.....	745
9.2.	Conteúdo e forma dos títulos de crédito.....	746
9.3.	A desmaterialização dos títulos de crédito.....	746
9.4.	Cláusulas proibidas nos títulos de crédito.....	749
9.5.	Títulos de crédito em branco ou incompletos.....	750
9.6.	Obrigação cambial de representante/mandatário.....	751
9.7.	Títulos representativos.....	751
9.8.	Nascimento da obrigação cambial (teoria da criação <i>versus</i> teoria da emissão).....	752
9.9.	Aval no Código Civil	753
9.10.	Lei Uniforme de Genebra x Código Civil.....	754
9.11.	O endosso e seus efeitos.....	755
9.12.	Os títulos ao portador	755
10.	Outros títulos de crédito.....	756
10.1.	Títulos de crédito comercial.....	756
10.2.	Títulos de crédito industrial	757
10.3.	Títulos de crédito à exportação.....	757

10.4. Títulos de crédito rural.....	757
10.5. Títulos de crédito imobiliário.....	759
10.5.1. Novos títulos imobiliários.....	759
10.6. Títulos de crédito bancário.....	760
10.7. Letra de Arrendamento Mercantil.....	762
6. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	763
1. Introdução.....	763
1.1. Aplicação do CDC aos contratos entre empresários.....	764
2. O Código Civil de 2002 e a unificação do direito obrigacional.....	769
2.1. Contratos civis x contratos empresariais.....	770
3. Teoria geral do direito contratual.....	774
3.1. Princípios gerais dos contratos.....	775
3.1.1. Princípio da autonomia da vontade.....	775
3.1.1.1. O princípio da atipicidade dos contratos empresariais.....	777
3.1.1.2. A autonomia da vontade após a Lei da Liberdade Econômica.....	777
3.1.2. Princípio do consensualismo.....	779
3.1.3. Princípio da relatividade.....	779
3.1.3.1. A teoria da aparência.....	780
3.1.4. Princípio da força obrigatória.....	780
3.1.4.1. A teoria da imprevisão.....	781
3.1.5. Princípio da boa-fé.....	784
3.2. A exceção do contrato não cumprido.....	786
3.3. A teoria do adimplemento substancial.....	786
3.4. A interpretação dos negócios jurídicos empresariais.....	790
4. Compra e venda empresarial.....	792
4.1. Elementos essenciais da compra e venda.....	793
4.2. Direitos e deveres fundamentais do comprador e do vendedor.....	794
4.3. Cláusulas especiais da compra e venda.....	798

4.3.1. Retrovenda.....	798
4.3.2. Venda a contento	800
4.3.3. Preempção ou preferência.....	800
4.3.4. Venda com reserva de domínio	801
4.3.5. Venda sobre documentos	802
5. Contratos de colaboração empresarial.....	803
5.1. Subordinação empresarial nos contratos de colaboração	804
5.2. As cláusulas de exclusividade nos contratos de colaboração	807
5.3. Comissão mercantil.....	807
5.4. Representação comercial.....	811
5.5. Concessão mercantil.....	823
5.6. Franquia (<i>franchising</i>)	829
5.6.1. Sublocação na franquia.....	835
6. Contratos bancários.....	836
6.1. Decisões importantes do STJ sobre contratos bancários	840
6.2. Depósito bancário	844
6.3. Mútuo bancário	846
6.4. Desconto bancário	847
6.5. Abertura de crédito	848
6.6. Contratos bancários impróprios	850
6.6.1. Alienação fiduciária em garantia.....	850
6.6.1.1. Bens imóveis	851
6.6.1.2. Bens móveis.....	853
6.6.2. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	859
6.6.2.1. A cobrança antecipada do valor residual (VRG)	861
6.6.3. Faturização (fomento mercantil ou <i>factoring</i>).....	863
6.6.3.1. O problema do direito de regresso do faturizador contra o faturizado	864
6.6.3.2. Características do <i>factoring</i>	868
6.6.4. Cartão de crédito	870

7. Contrato de seguro	872
7.1. Regras gerais.....	874
7.2. Seguro de dano.....	877
7.3. Seguro de pessoa	880
8. Fundos de investimento.....	882
7. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL.....	887
1. As origens históricas do direito falimentar	887
1.1. O direito falimentar no Brasil	890
1.2. A evolução da legislação falimentar brasileira	891
2. Teoria geral do direito falimentar.....	894
2.1. Sujeição legal.....	895
2.1.1. As empresas públicas e as sociedades de economia mista	897
2.1.2. Sociedades empresárias submetidas a procedimento de liquidação extrajudicial	898
2.1.2.1. As cooperativas médicas.....	899
2.1.3. Sociedades de propósito específico que atuam com incorporação imobiliária.....	900
2.2. Foro competente.....	901
3. Atuação do MP nos processos de falência/recuperação	904
4. Aplicação subsidiária do CPC.....	908
5. Administrador judicial	916
5.1. Impedimentos	918
5.1.1. Auxiliares do administrador judicial.....	918
5.1.2. Atribuições do administrador judicial	918
5.1.3. Remuneração do administrador judicial e dos seus auxiliares.....	921
5.1.4. Destituição	924
5.1.5. Responsabilidade	924
5.2. Comitê de credores.....	925
5.2.1. Constituição.....	925

5.2.2.	Composição.....	925
5.2.3.	Atribuições do comitê de credores.....	926
5.2.4.	Remuneração.....	927
5.2.5.	Investidura, impedimentos e destituição.....	927
5.3.	Assembleia geral de credores.....	927
5.3.1.	Composição da assembleia geral de credores.....	929
5.3.2.	Convocação.....	929
5.3.3.	Dispensa de convocação, dispensa da AGC e AGC virtual.....	930
5.3.4.	Presidência, instalação e participação por representação.....	931
5.3.5.	Direito de voto.....	932
5.3.6.	Exercício do direito de voto.....	933
5.3.7.	Quórum de deliberação.....	935
5.3.8.	Criação de subclasses de credores.....	937
5.3.9.	Controle jurisdicional da assembleia geral de credores.....	939
6.	Recuperação judicial.....	942
6.1.	O pedido de recuperação judicial.....	944
6.1.1.	O autor do pedido de recuperação judicial (legitimidade ativa). ..	945
6.1.2.	Consolidação processual (litisconsórcio ativo).....	946
6.1.3.	Consolidação substancial.....	946
6.1.4.	Requisitos materiais do pedido de recuperação judicial.....	948
6.1.5.	Recuperação judicial de produtor rural.....	950
6.1.6.	O foro competente para o pedido de recuperação judicial	955
6.1.7.	A petição inicial do pedido de recuperação.....	956
6.1.8.	Valor da causa no pedido de recuperação judicial.....	960
6.1.9.	A constatação prévia na recuperação judicial.....	961
6.1.10.	Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial.....	963
6.2.	Nomeação do administrador judicial.....	964
6.2.1.	Dispensa da apresentação de certidões negativas.....	964
6.2.2.	Participação do devedor em licitações públicas.....	965

6.2.3.	<i>Stay period</i>	968
6.2.4.	Suspensão da prescrição	968
6.2.5.	Suspensão das execuções	969
6.2.6.	Sócio solidário.....	969
6.2.7.	Proibição de atos constritivos.....	970
6.2.8.	Não aplicação do <i>stay period</i> a credores proprietários.....	971
6.2.9.	Não aplicação do <i>stay period</i> a execuções fiscais	971
6.3.	Ações que demandam quantia ilíquida, reclamações trabalhistas e processos arbitrais.....	976
6.3.1.	Execuções trabalhistas	979
6.3.2.	Prazo do <i>stay period</i>	980
6.3.3.	Apresentação de plano de recuperação alternativo pelos credores	984
6.4.	Antecipação do <i>stay period</i>	985
6.4.1.	Apresentação de contas demonstrativas mensais.....	986
6.4.2.	Intimação do MP e das Fazendas Públicas	987
6.4.3.	Outros efeitos decorrentes da distribuição do pedido de recuperação judicial e do deferimento do seu processamento.....	987
6.4.4.	Ações em que a empresa recuperanda é autora ou litisconsorte ativa	987
6.5.	Publicação de edital	989
6.6.	Verificação e habilitação de créditos na recuperação judicial.....	989
6.7.	A apresentação do plano de recuperação judicial.....	993
6.7.1.	A venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor..	996
6.7.2.	Os créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial	1000
6.7.3.	A aplicação da <i>failing firm theory</i> no Brasil.....	1006
6.8.	Credores submetidos aos efeitos da recuperação judicial.....	1007
6.8.1.	O significado de “crédito existente na data do pedido”.....	1007
6.8.1.1.	O tratamento especial dos créditos de representantes comerciais.....	1009
6.8.2.	Quando o crédito de honorários advocatícios se torna existente?.....	1010

6.8.3.	Créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial	1010
6.8.4.	O problema das travas bancárias.....	1015
6.8.5.	A questão dos bens de capital essenciais à atividade empresarial.....	1020
6.8.6.	Art. 49, §§ 6º a 9º	1022
6.8.7.	Coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	1023
6.8.8.	Sujeição de débito decorrente de aval.....	1024
6.9.	A análise do plano de recuperação judicial.....	1026
6.9.1.	<i>Cram down</i>	1030
6.9.2.	Apresentação de plano de recuperação alternativo pelos credores.....	1034
6.9.3.	Exigência de apresentação de certidão negativa de débitos tributários	1035
6.10.	A decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos	1040
6.10.1.	A supressão de garantias.....	1042
6.10.2.	A atuação da empresa em crise durante o processo de recuperação judicial	1045
6.10.3.	Obrigações contraídas durante a recuperação judicial.....	1046
6.10.4.	Alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante.....	1047
6.11.	<i>DIP financing</i>	1048
6.12.	O encerramento do processo de recuperação judicial.....	1051
6.12.1.	Apresentação de planos de recuperação aditivos/modificativos .	1053
6.12.2.	Da convalidação da recuperação judicial em falência.....	1053
6.12.3.	Descumprimento de parcelamento tributário ou transação tributária.....	1055
6.12.4.	Liquidação substancial da empresa	1056
6.13.	Do plano especial de recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte	1056
6.14.	Mediação e conciliação na recuperação judicial.....	1058
7.	Recuperação extrajudicial.....	1060
7.1.	Requisitos legais da recuperação extrajudicial.....	1061

7.2.	O plano de recuperação extrajudicial.....	1061
7.2.1.	Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial	1062
7.3.	O pedido de homologação do art. 162 da LRE.....	1063
7.4.	O pedido de homologação do art. 163 da LRE.....	1064
7.5.	Procedimento do pedido de homologação	1065
7.6.	Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial.....	1067
7.7.	<i>Stay period</i> na recuperação extrajudicial	1068
8.	Falência.....	1069
8.1.	Natureza jurídica da falência	1072
8.2.	Princípios da falência	1072
8.3.	Pressupostos da falência.....	1074
8.4.	Procedimento para a decretação da falência	1075
8.4.1.	O sujeito passivo do pedido de falência	1075
8.4.1.1.	As empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	1076
8.4.1.2.	Empresários submetidos a procedimento de liquidação extrajudicial	1077
8.4.2.	O sujeito ativo do pedido de falência	1077
8.4.2.1.	Autofalência.....	1077
8.4.2.2.	Pedido de falência feito por cônjuge, herdeiro ou inventariante do empresário individual.....	1080
8.4.2.3.	Pedido de falência feito por sócio da sociedade empresária.....	1080
8.4.2.4.	Pedido de falência feito por credor	1081
8.4.3.	O foro competente para o pedido de falência	1084
8.4.4.	O pedido de falência: a demonstração da insolvência (jurídica ou presumida) do devedor.....	1085
8.4.4.1.	Uso do pedido de falência como meio de cobrança de dívidas.....	1086
8.4.4.2.	Os sistemas de determinação da insolvência adotados pela Lei 11.101/2005.....	1090
8.4.4.2.1.	A impontualidade injustificada.....	1090

8.4.4.2. Os atos de falência	1092
8.4.5. A resposta do devedor ao pedido de falência	1095
8.4.5.1. Pedido incidental de recuperação judicial	1096
8.4.5.2. Depósito elisivo da falência.....	1097
8.4.6. A denegação da falência.....	1098
8.4.6.1. Improcedência do pedido de falência	1098
8.4.6.2. Realização do depósito elisivo	1099
8.4.7. A decretação da falência	1100
8.4.7.1. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência ...	1100
8.4.7.2. Conteúdo específico da sentença que decreta a falência	1101
8.4.7.2.1. O termo legal da falência	1102
8.4.7.2.2. O poder geral de cautela do juízo que decreta a falência	1103
8.4.7.2.3. A publicidade da sentença da falência.....	1104
8.4.7.2.4. A designação do administrador judicial.....	1105
8.4.8. Recurso contra a sentença que julga o pedido de falência.....	1105
8.4.9. A participação do Ministério Público na fase pré-falimentar.....	1106
8.5. Efeitos da decretação da falência.....	1107
8.5.1. Efeitos da falência quanto à pessoa e aos bens do devedor	1108
8.5.1.1. Inabilitação empresarial.....	1110
8.5.1.2. Perda do direito de administração dos bens.....	1111
8.5.1.3. Deveres específicos do falido	1111
8.5.2. Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor.....	1112
8.5.2.1. Os contratos do falido	1114
8.5.2.1.1. A disciplina especial de alguns contratos.....	1115
8.5.3. Efeitos da falência quanto aos credores do falido	1119
8.5.3.1. A instauração do juízo universal da falência.....	1120
8.5.3.1.1. A suspensão da prescrição e das ações e execuções contra o devedor falido.....	1122

8.5.3.1.2.	O tratamento dado às execuções com atos de constrição já realizados	1125
8.6.	O processo falimentar.....	1127
8.6.1.	O procedimento de arrecadação dos bens do devedor.....	1127
8.6.1.1.	Falência frustrada	1129
8.6.1.1.1.	A investigação do período suspeito.....	1130
8.6.1.1.2.	Ineficácia <i>versus</i> nulidade.....	1131
8.6.1.1.3.	Os atos do falido objetivamente ineficazes perante a massa.....	1132
8.6.1.1.4.	Os atos do falido subjetivamente ineficazes perante a massa.....	1135
8.6.1.2.	Os pedidos de restituição.....	1137
8.6.1.2.1.	Os fundamentos dos pedidos de restituição	1138
8.6.1.2.2.	As hipóteses de restituição em dinheiro.....	1142
8.6.1.2.3.	O procedimento do pedido de restituição....	1143
8.6.2.	O procedimento de verificação e habilitação dos créditos	1144
8.6.2.1.	Habilitação de créditos fiscais.....	1147
8.6.2.2.	Necessidade de demonstração da origem da dívida	1149
8.6.2.3.	Rateios na falência.....	1150
8.6.3.	A realização do ativo do devedor.....	1151
8.6.3.1.	Os procedimentos de venda dos bens.....	1151
8.6.3.1.1.	Modalidades de venda.....	1152
8.6.3.1.2.	Modalidades atípicas de venda.....	1154
8.6.3.1.3.	Venda frustrada	1155
8.6.3.2.	A disciplina da sucessão empresarial na LRE.....	1155
8.6.4.	Pagamento dos credores.....	1157
8.6.4.1.	Os créditos extraconcursais	1157
8.6.4.2.	A classificação dos créditos concursais.....	1159
8.6.4.2.1.	Os créditos trabalhistas e equiparados.....	1159
8.6.4.2.2.	Honorários advocatícios (e de outros profissionais liberais)	1162

8.6.4.2.3.	Os créditos com garantia real	1164
8.6.4.2.4.	Os créditos públicos.....	1165
8.6.4.2.5.	Os créditos com privilégio especial e com privilégio geral.....	1167
8.6.4.2.6.	Os créditos quirografários.....	1167
8.6.4.2.7.	As multas e penas pecuniárias.....	1167
8.6.4.2.8.	Os créditos subordinados	1168
8.6.4.2.9.	Juros.....	1168
8.6.5.	Encerramento do processo falimentar.....	1168
8.7.	A extinção das obrigações do devedor falido	1169
9.	Dispositivos penais da Lei 11.101/2005.....	1171
9.1.	A polêmica sobre a competência para julgamento dos crimes falimentares.....	1172
10.	Problemas de direito intertemporal.....	1173
11.	Insolvência transnacional.....	1175
8.	MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	1177
1.	Empreendedorismo e desburocratização no Brasil.....	1177
2.	Do Estatuto da ME e da EPP (Lei 9.841/1999) à Lei Geral das MEs e EPPs (LC 123/2006).....	1179
3.	Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.....	1180
3.1.	Enquadramento, desenquadramento e reenquadramento.....	1183
3.2.	Do pequeno empresário.....	1185
3.3.	Da simplificação dos procedimentos para abertura e fechamento das MEs e EPPs.....	1186
3.4.	Das regras especiais quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	1192
3.5.	A situação especial dos pequenos empresários.....	1193
3.6.	A atuação dos prepostos das MEs e EPPs na Justiça do Trabalho	1194
3.7.	A fiscalização prioritariamente orientadora e o sistema da “dupla visita”	1194
3.8.	Das regras especiais de apoio creditício.....	1196
3.8.1.	O investimento-anjo	1197

3.8.2. A sociedade de garantia solidária.....	1200
3.8.3. A empresa simples de crédito (ESC).....	1201
3.9. Das regras especiais de apoio ao associativismo.....	1203
3.10. Das regras especiais de apoio ao desenvolvimento empresarial.....	1204
3.10.1. Inova Simples: regime jurídico especial para abertura de startups.....	1204
3.11. Das regras empresariais gerais de tratamento diferenciado para as MEs e EPPs	1206
3.11.1. As deliberações sociais nas MEs e EPPs	1206
3.11.2. O nome empresarial das MEs e EPPs.....	1206
3.11.3. O protesto de títulos contra as MEs e EPPs	1207
3.11.4. As MEs e EPPs e o acesso à justiça	1208
3.11.5. Do regime tributário e fiscal: o Simples Nacional	1209
3.11.6. A Emenda Constitucional 42/2003 (Reforma Tributária).....	1210
3.12. A Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas) e as MEs e EPPs...	1211
9. TEMAS ESPECIAIS: COMÉRCIO ELETRÔNICO, ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E CRIPTOMOEDAS	1213
1. Do escambo às negociações virtuais.....	1213
2. Comércio eletrônico	1217
2.1. O Decreto 7.962/2013.....	1218
3. A economia do compartilhamento	1221
4. As criptomoedas (o fenômeno <i>Bitcoin</i>).....	1225
4.1. Decisões do Superior Tribunal de Justiça.....	1234
4.2. Comunicados do Banco Central do Brasil (BACEN).....	1238
4.3. A orientação da Receita Federal.....	1238
4.4. As notas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	1240
4.5. A aparição do tema em provas de concurso público.....	1242
4.6. A edição da Lei 14.478/2022	1243